

**RELATÓRIO ANUAL DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL
ANO BASE 2018**

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem evidenciar em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual, a descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

As informações divulgadas neste relatório foram formalmente aprovadas pela diretoria executiva e pelos responsáveis pelas atividades de gerenciamento de riscos e de capital.

As informações contidas neste documento contemplam a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital na data base 31.12.2018.

Este Relatório busca proporcionar às partes interessadas o acesso às informações do gerenciamento de riscos e de capital da B&T, apresentando de forma detalhada as suas práticas e controles dos principais riscos aos quais está exposta. A B&T acredita que o gerenciamento de riscos é imprescindível para a sustentabilidade das empresas.

A diretoria faz constar deste relatório sua responsabilidade pelas informações divulgadas.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Diretoria Executiva da B&T se envolve com as questões de controles internos e gerenciamento de riscos e de capital, através de reuniões de planejamento, definições de estratégias e diretrizes e para apresentação de resultados.

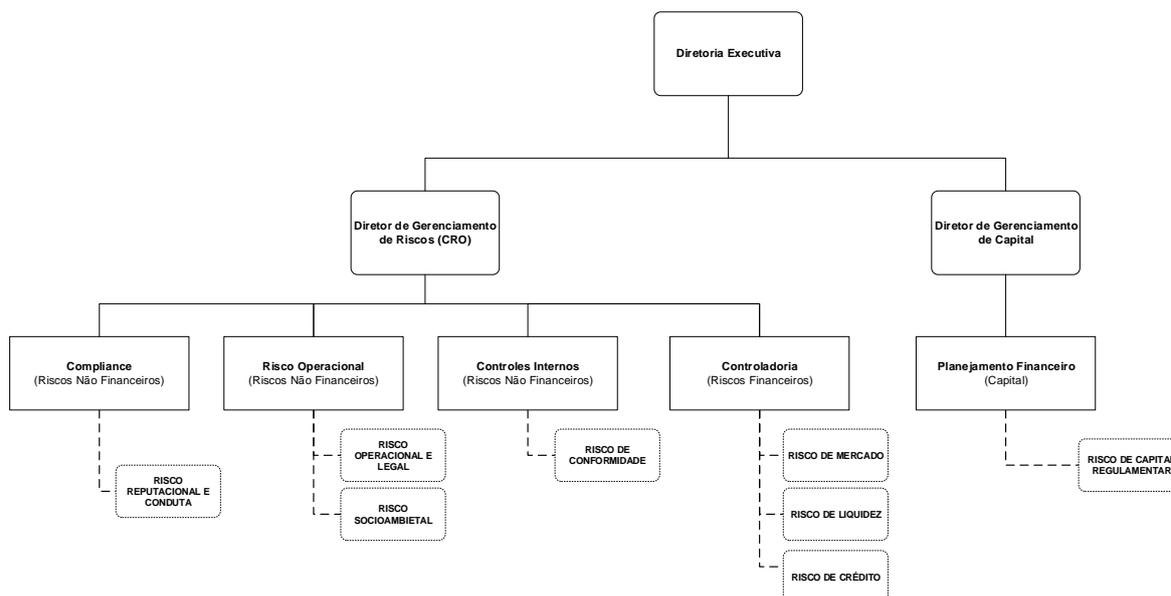
Adicionalmente, a Diretoria Executiva trabalha continuamente para que leis e regulamentos definidos por órgãos reguladores, tanto quanto políticas e procedimentos internos estabelecidos, sejam seguidos e respeitados por toda a empresa.

A estrutura de gerenciamento de riscos é fundamentada nas estratégias estabelecidas pela Diretoria, sendo normatizada por políticas que estão em conformidade com os normativos de órgãos reguladores. Este gerenciamento é realizado por meio de mecanismos desenvolvidos e seguidos pelas unidades responsáveis. A estrutura de gerenciamento de riscos está compatível com a natureza das operações da B&T, a complexidade de seus produtos e dimensionada a exposição de riscos que a instituição está sujeita.

As diversas áreas que compõem a estrutura da B&T são responsáveis pela existência e correto funcionamento dos controles da empresa, de modo a mitigar os riscos aos quais a B&T está exposta. As Áreas se reportam às superintendências corporativas, que por sua vez reportam diretamente à Diretoria Executiva.

As atividades de gerenciamento de risco e de capital são executadas por Unidades específicas, formalmente constituídas e segregadas das unidades de negócios e de auditoria interna, e compreendem os componentes elencados abaixo, com quantidade suficiente de profissionais experientes e qualificados que têm acesso regular a capacitação e treinamento para fins de gerenciamento de risco e capital.

As estruturas são compostas pelos seguintes componentes:



O **Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Riscos (CRO)** é responsável pelas Unidades encarregadas pelas atividades de gerenciamento de riscos, cujas funções são exercidas pelas Áreas de **Controles Internos, Risco Operacional e Controladoria** e o **Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Capital** é responsável pela Área de **Planejamento Financeiro**, que é encarregada pelas atividades de gerenciamento de capital, planejamento de negócios e orçamento institucional.

As atribuições e responsabilidades estão devidamente formalizadas na Política de Gerenciamento de Riscos e Capital.

3. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Entende-se por gerenciamento de capital o processo contínuo de:

- I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta; e
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A estrutura de gerenciamento de capital da B&T atende integralmente a Resolução CMN nº 4.557/17, visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos. A Área de Planejamento Financeiro, unidade responsável pelo gerenciamento de capital, assim como o Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Capital, estão aptos a identificar fatores que possam impactar os níveis de capital, de modo a tomar as providências necessárias à manutenção dos níveis de capital requeridos e à continuidade dos negócios da B&T, de acordo com os padrões internos e os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

A estrutura para o gerenciamento do capital, aprovada pela Diretoria, contempla o seguinte:

- I - políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, claramente documentadas, que estabelecem procedimentos destinados a manter o PR, o Nível I e o Capital Principal em níveis compatíveis com os riscos incorridos;
- II - sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- III - avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- IV - plano de capital;
- V - plano de contingência de capital;
- VI - relatórios gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição.

3.1 Metodologia

A estrutura de Gerenciamento de Capital da B&T tem por diretriz adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital. O planejamento estratégico, orçamento anual e as metas da empresa devem estar em linha com o Plano de Capital e, semestralmente, revisados para minimizar os impactos das oscilações de mercado.

Anualmente, a B&T elabora o Planejamento Estratégico da instituição com todos os seus líderes, a fim de discutir ideias e estratégias para os próximos 3 (três) anos e que farão parte do Plano de Capital. A partir deste levantamento, a área de Planejamento Financeiro elabora o orçamento matricial com os líderes de área, contemplando todas as receitas e despesas da instituição para o próximo ano.

O Orçamento Anual da B&T, previamente aprovado pela Diretoria Executiva, contempla:

- projeções de capital
- projeções econômicas e financeiras,
- indicadores de performance das áreas e da empresa,
- orçamento de receitas e despesas,
- projeções de DLO e Índice de Basiléia.

Todas essas projeções são realizadas em três cenários (Pessimista, Realista e Otimista). A estrutura acima descrita faz com que a B&T mantenha níveis de capital adequados para sua operação, independente do capital mínimo exigido pelo órgão regulador.

No Plano de Capital também são consideradas:

- Ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios (Análise SWOT);
- Projeções dos valores de ativos e passivos, bem como das receitas e despesas;
- Metas de crescimento ou de participação no mercado;
- Política de distribuição de resultados; e
- Termos da RAS.

3.2 Relatórios Gerenciais

A B&T conta com uma rede social corporativa (*TeamWork*) onde são disponibilizadas todas as análises e apresentações que são relevantes para a tomada de decisão da Diretoria. Nela são disponibilizadas as análises financeiras e de acompanhamento da adequação de capital, destacando-se:

- Demonstração Mensal de Resultado da Empresa X Orçamento;

- Resultado Mensal por Negócio e Produto;
- Resultado Trimestral por Operador/Gerente;
- Acompanhamento Mensal do Capex e Investimentos;
- Orçamento Matricial Trimestral de Despesas Real X Orçado;
- Gerenciamento Mensal de Limites Operacionais – DLO e Adequação de Capital;

3.3 Plano de Capital

O plano de capital da B&T está em linha com o planejamento estratégico da Empresa e prevê, no mínimo:

- Metas e projeções de capital; e
- Principais fontes de capital da instituição.

Na elaboração do plano de capital são consideradas, no mínimo:

- Ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios (Análise SWOT);
- Projeções dos valores de ativos e passivos, bem como das receitas e despesas;
- Metas de crescimento ou de participação no mercado;
- Política de distribuição de resultados; e
- Termos da RAS.

3.4 Teste de Estresse

Para simulação de eventos severos e condições extremas de mercado e avaliação de seus impactos no capital, o Cenário Pessimista considerado no Plano de Capital, onde o volume de negócios da B&T é reduzido em 20% ao longo de 5 (cinco) anos com relação ao Cenário Realista, revelou Déficit de Capital caso não houvesse readequação dos custos e despesas operacionais, comprometendo o Índice de Basiléia.

Neste Cenário, o Plano de Contingência de Capital teria que ser acionado, a fim de readequar os níveis de liquidez e capital requeridos pelo Órgão Regulador.

3.5 Plano de Contingência de Capital

A B&T poderá contar a qualquer tempo, em caso de necessidade, com aportes de capital por parte dos sócios. Entretanto, dependendo das condições de mercado, poderão ser avaliadas outras medidas de contingências voltadas à manutenção de capital em nível adequado, destacando-se:

- Retenção da distribuição de dividendos;
- Revisão das despesas de pessoal e administrativas;
- Descontinuidade de produtos ou negócios que se mostrem deficitários.

A execução do Plano é razoavelmente improvável, haja vista que a B&T conta com uma folga de capital relevante para fazer frente às possíveis volatilidades do mercado, conforme cenários de estresse demonstrados a seguir.

O plano de contingência não foi acionado no ano 2018.

4. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA E ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO

4.1 PR - Patrimônio de Referência

Em conformidade com as Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, além de regulamentações complementares, a B&T Corretora preocupa-se em manter um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos inerentes às suas atividades. O processo de adequação de capital é acompanhado diariamente, visando atender os requerimentos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. Segue abaixo o cálculo do PR para os últimos 4 trimestres.

O Patrimônio de Referência (PR) é composto pelos Níveis I e II. Este é o parâmetro que possibilita o monitoramento e a verificação do cumprimento dos limites operacionais estabelecidos pelo BACEN, onde:

	mar/18	jun/18	set/18	dez/18
PL	17.587.869,35	18.170.141,20	15.442.022,62	16.171.827,48
Capital Social	9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	15.497.600,00
Reserva de Lucro	8.018.494,21	8.018.494,21	8.018.494,21	674.801,84
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-280,86	-801,63	-649,91	-574,36
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	1.152.448,62	1.152.448,62	-
Remuneração do Capital paga Antecipadamente	-	-	-2.837.018,45	-
Ajuste Prudencial	804.835,60	948.276,91	1.095.516,14	833.223,53
PATRIMONIO DE REFERÊNCIA(PR)	16.783.033,75	17.221.864,29	14.346.506,48	15.338.603,95

Nível I – Composto pelo somatório do Capital Principal e Capital Complementar

Nível II – Composto por instrumentos elegíveis, basicamente dívidas subordinadas, sujeitos a limitações prudenciais.

4.2 RWA – Ativos Ponderados pelo Risco

De acordo com a Resolução nº 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos e do adicional de capital principal exigido, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), obtido pela soma das parcelas demonstradas a seguir:

	mar/18	jun/18	set/18	dez/18
P R Mínimo Requerido para (RWA)				
RWACpad	507,61	530,66	411,07	514,99
RWAjur1	0,01	0,01	0,01	0,01
RWAjur2				
RWAjur3				
RWAjur4				
RWAacs				
RBAN				
RWacom				
RWacam	292,72	592,56	207,74	223,34
RWAopad	9.933	9.933	10.005	10.005
Total Patrimônio Referencia Exigido (PRE)	10.733	11.056	10.624	10.743

4.3 Avaliação de Suficiência de Capital e Adequação do Patrimônio de Referência

A estrutura de gerenciamento de capital considera os atuais níveis de capital regulatório suficientes para fazer face aos riscos a que a B&T está exposta. Os requerimentos mínimos de capital seguem o conjunto de normas exigidos pelo BACEN, reproduzindo os padrões globais de requerimento de capital de instituições financeiras e assemelhadas, conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

O índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital) tem por objetivo medir a solvência das instituições financeiras e trata-se de um conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia. O requerimento mínimo de Capital Total (PR) correspondeu a um índice de 8,625% (oito inteiros e seiscentos e vinte e cinco milésimos por cento) de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 e decairá para 8% em 1º de janeiro de 2019.

Para fins de Basileia, a exigência é que o PR seja maior que o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRE). Demonstramos abaixo os indicadores de exposição com as evoluções nos trimestres:

	mar/18	jun/18	set/18	dez/18
Total Patrimonio de Referencia Exigido (PRE)	10.733	11.056	10.624	10.743
Adicional de Capital Principal	- 2.333	- 2.403	- 2.310	- 2.336
(-) Patrimonio de Referência (PR)	16.783	17.222	14.347	15.339
(=) Margem (Folga) de Capital	34,40%	33,93%	24,11%	28,41%
Índice de Basileia	13,49%	13,44%	11,65%	12,31%
Índice de Imobilização	4,62%	4,50%	5,71%	3,58%

A Diretoria da considera os atuais níveis de capital regulatório suficientes para fazer face aos riscos que a B&T Corretora está exposta.

Adicionalmente, são realizadas avaliações contínuas e monitoramento constante dos níveis de capital, em consonância com o planejamento estratégico e, inclusive, em função de possíveis mudanças regulatórias ou de mercado que a B&T está sujeita.

5. GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, a reestruturação de instrumentos financeiros ou os custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos, nos termos da regulamentação.

Para fins do gerenciamento do risco de crédito, considera-se:

I - contraparte: o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido;

II - reestruturação de instrumentos financeiros: renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

As vantagens mencionadas no inciso II acima incluem aquelas formalizadas nos instrumentos financeiros originais ou em novos instrumentos utilizados para liquidação ou refinanciamento daqueles.

A definição de risco de crédito inclui:

I - o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos;

II - o risco país, entendido como a possibilidade de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a contraparte ou instrumento mitigador localizados fora do País, incluindo o risco soberano, em que a exposição é assumida perante governo central de jurisdição estrangeira;

III - o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial de valores recebidos fora do País associados a operação sujeita ao risco de crédito;

IV - a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas de que trata a Resolução nº 4.512, de 28 de julho de 2016;

V - a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;

VI - o risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas:

- a) a uma mesma contraparte;
- b) a contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços;
- c) a contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria (commodity) ou atividade;
- d) a instrumentos financeiros cujos fatores de risco, incluindo moedas e indexadores, são significativamente relacionados;
- e) associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e
- f) cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

5.1 Exposição ao Risco de Crédito

A exposição da B&T ao risco de crédito é baixa, considerando que na condução de seus negócios não realiza operações de crédito tais como empréstimos, financiamento ou desconto de títulos. Outrossim, os correspondentes contratados realizam operações que não geram risco de crédito, considerando que todas as operações são pré-pagas, com limite operacional de igual valor às garantias firmadas contratualmente e em custódia da Corretora. Os Correspondentes diariamente devem acertar seus saldos, constituindo-se o comissionamento a pagar referente ao período como uma garantira de recuperação, caso não seja realizado o repasse de valores de forma espontâneo por parte do Correspondente em até dois dias úteis.

A exposição ao risco de crédito é basicamente referente ao não cumprimento pelos clientes de suas obrigações nos termos pactuados nos contratos de prestação de serviços de intermediação de câmbio, cuja perda é assumida tendo em vista que o impacto na liquidez é historicamente imaterial.

5.2 Metodologia

A B&T mantém uma estrutura reduzida para o gerenciamento do risco de crédito, compatível com o grau de complexidade e necessidades exigidas para identificação, mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de crédito tradicional.

Não houve alterações no modelo de gerenciamento do risco de crédito reportado anualmente pela B&T. A gestão é realizada pela Área Financeira e Controladoria, responsável por mensurar e monitorar a exposição relacionada à Inadimplência de Corretagem a Receber e por apurar a parcela de risco denominada RWACpad, que é a somatória da Exposição de Ativos Ponderada pelos Fatores de Risco da Corretora, estabelecida pelo Banco Central do Brasil e que compõe o Documento de Limites Operacionais – DLO.

Na tabela adiante estão demonstrados os valores relacionados à inadimplência em Dez18, evidenciando o baixo impacto na liquidez.

Empresa	CONSULTORIA RJ	SP	Total	
1- De 31 - 60 dias	11.510,01	193,47	0,00	11.703,48
2- De 61 - 90 dias	2.318,01	206,74	146,13	2.670,88
3- De 91 - 120 dias	0,00	185,98	0,00	185,98
4- De 121 - 180 dias	4.836,05	0,00	0,00	4.836,05
5- De 181 - 220 dias	950,00	0,00	0,00	950,00
6- De 221 - 360 dias	5.511,60	0,00	0,00	5.511,60
7 - Acima de 360 dias	2.631,32	193,17	361,71	3.186,20
Total Geral	27.756,99	779,36	507,84	29.044,19

5.3 Mensuração da Parcela de Risco

Risco de Crédito (RWACpad, PEPR) – Resolução nº 3.721

Nos últimos 4 (quatro) trimestres, os ativos ponderados ao risco de crédito apresentaram os seguintes valores, por faixa de fator de ponderação:

Exposição ao Risco de Crédito	mar/18	jun/18	set/18	dez/18
FPR 0,2%	12	13	14	1
FPR 20%	3.264	3.771	2.767	2.286
FPR 50%	270	63	63	63
FPR 100%	2.339	2.305	1.922	3.620
TOTAL	5.885	6.153	4.766	5.971
PRM Mínimo Requerido para RWA(9,25%) - PEPR	346	431	449	524
PR TOTAL B&T	12.217	12.318	11.708	11.768
Comprometimento de Capital	3%	3%	4%	4%

Os ativos foram ponderados pelos Fatores 0%, 20%, 50% e 100% na forma estabelecida na regulamentação, conforme o tipo de ativo e prazo de vencimento, além de considerar a contraparte envolvida na transação.

Os ativos ponderados pelo fator de risco igual a zero são constituídos por operações compromissadas e disponibilidades em moeda nacional e estrangeira. Os ativos ponderados a 20% são constituídos, basicamente, por operações de câmbio de interbancário pronto e depósitos em instituições bancárias. Os ativos ponderados a 50% são depósitos em poupança e os ativos ponderados a 100% são constituídos por ativos imobilizados, intangíveis e outros créditos.

Verifica-se, historicamente, o baixo comprometimento de capital (<10%) pelo cálculo de exposição de ativos ponderada pelos fatores de risco.

6. GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui:

- I - o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e
- II - o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

6.1 Exposição ao Risco de Mercado

- Risco de Variação de Preços de Moedas Estrangeiras

A B&T está exposta a riscos de mercado na condução de seus negócios, sendo 100% da sua exposição associada à oscilação das taxas de câmbio, da cesta de moedas nobres e moedas fora da cesta de moedas nobres, haja vista a Corretora ter como atividade-fim a negociação e intermediação de transações de câmbio comercial e turismo.

Em conformidade com o disciplinado na Resolução nº 3.488/07, do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras podem assumir exposição cambial no limite máximo de 30% do Patrimônio de Referência – PR, sendo que a B&T possui como diretriz, estabelecida pelo diretor responsável pelo gerenciamento de riscos, manter a exposição cambial diária no limite regulamentar de até 30% sobre o PR e no fechamento mensal não superior a 10% do PR.

As corretoras de câmbio, conforme estabelecido na Circular nº 3.691/13 do Banco Central do Brasil devem, obrigatoriamente, encerrar seu movimento diário com a posição de câmbio comprada.

A posição de câmbio é o conjunto das transações de compra e venda que foram celebradas junto aos clientes – mercado primário – e aos bancos – mercado interbancário – em negócios diretamente relacionados às transações de importação, exportação, assim como operações financeiras de remessa ou recepção de divisas, além das transações ligadas ao câmbio turismo, como papel moeda, cartão pré-pago internacional, manutenção de brasileiros no exterior ou de estrangeiros no Brasil, tratamento de saúde contratados no exterior, entre outros.

- Risco de Variação de Preços de Moedas Estrangeiras

Dadas as características das operações realizadas pela B&T, usualmente mantém-se a posição de câmbio comprada em volume pré-determinado, não ferindo ao percentual máximo regulamentar. Ainda, diante da diversificação de sua carteira de clientes, dentre prestadores de serviço de correspondente no país, pessoas físicas e pessoas jurídicas importadoras e exportadoras, há um balanceamento entre as carteiras de câmbio manual e sacado, permitindo à B&T manter um hedge natural de suas posições, diminuindo assim o risco de variação da moeda.

A exposição cambial é mais abrangente e compreende, além das operações de câmbio anteriormente mencionadas, todo e qualquer ativo ou passivo que estejam expostos à variação cambial. Ressaltamos, entretanto, que a B&T não possui em sua carteira de negociação ativos sujeitos ao risco de mercado.

6.2 Metodologia

A unidade responsável pelo gerenciamento de Riscos Financeiros administra o risco de mercado por meio de monitoramento diário da exposição a este risco através do sistema informatizado Risk Driver, que processa as seguintes informações para acompanhamento da instituição e envio ao BACEN:

- Repositório de Informações sobre Operações Sujeitas ao Risco de Mercado;
- Relatório DDR - Demonstrativo do Risco de Mercado Diário;
- Relatório DRM – Demonstrativo do Risco de Mercado Mensal;
- Relatório DLO – Demonstrativo de Limites Operacionais; (FINANCEIRO/PLANEJAMENTO)
- Gráficos com Informações sobre o Consumo de Capital para cada Tipo de Risco (crédito, mercado e operacional);
- Testes de Estresse.

Os modelos adotados e parametrizados no sistema para medição da exposição aos riscos estão em conformidade com as disposições exaradas pelo Banco Central do Brasil, através de seus normativos. O sistema é homologado a cada alteração e anualmente testados pelo fornecedor do sistema.

O controle e acompanhamento dos limites de exposição ao risco de mercado são realizados diariamente pelo Risk Driver e por meio de projeções de consumos de limites.

As variações de preços de taxas de câmbio são monitoradas e as operações de câmbio fechadas que apresentem exposição ao risco de mercado são tempestivamente registradas e controladas no sistema interno ProCam, garantindo que a exposição cambial decidida e operada seja conciliada no sistema onde todas as operações negociadas são registradas. As informações consolidadas no sistema são divulgadas para os envolvidos no gerenciamento de risco de mercado e as oscilações abruptas nos preços são comunicadas imediatamente à Diretoria, para tomada de decisão com a finalidade de evitar desenquadramentos em relação aos limites pré-estabelecidos, podendo optar pelas seguintes estratégias de forma isolada ou conjugada:

- Efetuar o balanceamento do saldo dos estoques de moeda estrangeira nos caixas dos prestadores de serviços de correspondente cambial;
- Efetuar o balanceamento das operações de câmbio comercial;
- Efetuar operações de hedge;

Em situação de normalidade, prevalecem os limites máximos estabelecidos neste documento.

6.3 Mensuração da Parcela de Risco

Risco Cambial (RWACam, PCAM) – Circular nº 3.641

Não há operações fora da carteira de negociação ou operações de venda ou transferência de ativos ou oriundos de securitização, em razão do tipo de negócio operado pela instituição.

Nos últimos 4 (quatro) trimestres, a carteira de negociação sujeita ao risco de variação cambial apresentava os seguintes valores em suas posições comprada (ativo) e vendida (passivo):

CALCULO DA RWACAM

Carteira de Negociação USD	mar/18	jun/18	set/18	dez/18
Compra	3.595.569,52	4.129.083,10	3.957.250,08	3.071.450,61
Venda	- 3.308.232,72	- 3.882.038,63	- 3.455.010,54	- 2.932.822,26
Exposição USD Procam	287.336,82	247.044,49	502.950,29	138.628,32
Exposição Cambial - R\$	731.802,52	987.600,21	519.339,21	558.341,45
PR	16.783	17.222	14.346	15.339
%Exp/PR	4,36%	5,73%	3,62%	3,64%
Fator F	0,4	0,4	0,4	0,4
RWACAM - R\$	292	592	207	223
Comprometimento de Capital	1,7%	3,4%	1,4%	1,5%

Historicamente verifica-se o baixo comprometimento de capital (<10%) pelo cálculo da parcela de risco RWACam demonstrado acima.

6.4 Teste de Estresse

O comprometimento de capital decorrente de riscos de mercado (exposição cambial) é submetido a testes de estresse através de projeções de resultado por produto. São elaborados no mínimo três cenários em um horizonte trienal. O resultado do comprometimento de capital está documentado em memorando sobre a estrutura de gerenciamento de capital, revisado anualmente e aprovado pela diretoria. Os resultados são considerados para rever as políticas e limites para a adequação de capital da B&T.

7. GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

7.1 Exposição ao Risco de Liquidez

A exposição ao risco de liquidez é considerada em todos os direitos de recebimento e deveres de pagamentos da B&T. São consideradas, também, todas as posições assumidas pela Corretora, destacando que a B&T somente atua em operações relativas à sua atividade principal, sendo analisadas as possíveis perdas decorrentes de tais posições. Todos os eventos possuem contingências mapeadas.

7.2 Metodologia

Metodologia de Cálculo do Nível Mínimo de Liquidez

Data Base 31.12.2018

As necessidades básicas de caixa da B&T consistem em compras de moeda estrangeira e pagamento de despesas não operacionais correntes. Dessa forma, nos apropriamos de medidas estatísticas de posição e dispersão amostrais para as nossas necessidades.

Para tanto, selecionamos amostra com mais de 993 observações, sendo esta incrementada diariamente, o que nos garante, pelo Teorema do Limite Central, considerá-la aproximadamente normal.

Da amostra selecionada, são observadas as seguintes características de interesse, a saber: média amostral, desvio padrão, teste de hipótese da média populacional através de intervalo de confiança com nível de significância $\alpha = 0,05$, mediana e observação de outliers.

Após obtenção da média amostral e garantir com 95% de confiança que a média populacional pertence ao intervalo de confiança, corrigimos a média amostral por 1,5 desvios padrão amostral, chegando ao valor do caixa mínimo diário.

Este método de avaliação gerou resultados consistentes e sólidos para estimação das necessidades mínimas de caixa diário. Os resultados estão apresentados no tópico Controle e Acompanhamento.

Os resultados apurados para o cálculo do caixa mínimo e a análise da folga de caixa versus o realizado estão demonstrados a seguir para os últimos 4 trimestres:

Disponibilidades Total - R\$	1º Trim 2018	2º Trim 2018	3º Trim 2018	4º Trim 2018
Disponibilidade MN	13.949.380,70	13.530.711,09	14.159.946,97	15.300.918,37
Disponibilidade ME - R\$	9.253.870,63	18.338.197,24	13.584.377,26	9.741.959,00
Caixa Mínimo	10.715.220,51	10.924.371,20	11.124.965,26	11.289.024,62
Caixa Realizado	23.203.251,33	31.868.908,33	27.744.324,23	25.042.877,37
Folga de Caixa Total Vs Mínimo	12.488.030,81	20.944.537,13	16.619.358,97	13.753.852,76
Folga de Caixa Total Vs Mínimo %	54%	66%	60%	55%
Folga de Caixa Total VS Realizado	13.094.660,73	16.336.166,72	9.699.227,43	15.374.858,00
Folga de Caixa Total VS Realizado %	56%	51%	35%	61%

▪ Operações com Prazo de Liquidação no Curto Prazo

Na tabela abaixo estão demonstrados os ativos e passivos negociáveis cujos vencimentos se enquadraram nos critérios de curto e curtíssimo prazo (cenário de 30, 60 e até 90 dias), conforme estabelecido pelo Banco Central:

Conta	Descrição	1º Tri. 2018	2º Tri. 2018	3º Tri. 2018	4º Tri. 2018
1.1.0.00.00.00.00-6	DISPONIBILIDADES	23.206.365,52	35.477.082,05	30.605.495,88	24.168.905,77
1.2.0.00.00.00.00-5	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	11.696.989,54	11.007.227,42	11.816.607,81	12.800.109,15
1.8.2.06.00.00.00-9	CÂMBIO COMPRADO A LIQUIDAR	5.916.549,97	6.736.065,30	6.791.771,12	638.924,36
1.8.2.25.00.00.00-4	DIREITOS SOBRE VENDAS DE CÂMBIO	19.172.810,27	26.110.148,53	18.367.423,85	12.118.828,66
1.8.2.26.00.00.00-3	ADIANTAMENTOS EM MOEDA NACIONAL RECEBIDOS (-)	4.170.923,42	6.657.447,76	3.993.263,65	2.437.061,64
4.5.0.00.00.00.00-3	RELACOES INTERDEPENDENCIAS	6.981.301,75	13.770.517,66	14.707.547,73	11.745.210,64
4.9.2.00.00.00.00-5	CÂMBIO	26.003.330,60	33.087.731,77	26.348.511,52	12.693.244,52
4.9.4.00.00.00.00-1	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	1.379.487,53	1.486.321,27	1.242.858,03	1.317.925,46
4.9.9.30.50.10.01-0	CONTAS A PAGAR	1.475.369,51	4.350.937,52	1.800.214,88	1.952.376,49
4.9.9.30.90.10.01-2	COMISSAO DE POSTOS A PAGAR	2.070.470,39	86.910,90	2.267.835,42	2.623.340,65
4.9.9.92.00.00.00-7	CREDORES DIVERSOS - PAÍS	4.101.605,12	4.663.207,45	5.488.037,46	5.183.572,68
	LIQUIDEZ	20.791.528,73	28.997.966,63	26.440.577,70	11.774.035,86
	MULTIPLICADOR DE LIQUIDEZ	1,33	1,27	1,23	1,33

Os ativos de curto e curtíssimo prazo representaram na média 1,29 vezes as obrigações de mesmo prazo, dando elevada segurança à B&T na gestão do risco de liquidez.

A metodologia para gestão do risco de liquidez garante que a instituição está preparada para possíveis aumentos de volatilidade.

7.3 Teste de Estresse

Nas tabelas abaixo estão demonstrados os ativos e passivos, considerando os cenários realista e pessimista projetados.

Ao compararmos os dois cenários, observamos que a média dos ativos e passivos operacionais de curto prazo tendem a permanecer equilibrados em ambos os cenários, não afetando o índice de liquidez comparativo.

Dessa forma, mesmo considerando uma expressiva contração na geração de caixa próprio, a B&T continua com índice de liquidez elevado, suportando com folga eventuais flutuações em seus passivos, permitindo que a empresa honre suas obrigações operacionais e administrativas.

O índice de liquidez no cenário pessimista é maior que no cenário realista. Isto é explicado à luz de um cenário de maior austeridade aplicado em momentos de perspectivas negativas, onde contraímos ao máximo os passivos e não realizamos qualquer distribuição de dividendos. O contrário ocorre ao nos depararmos com um cenário mais auspicioso, onde há maior relaxamento dos passivos e distribuição de dividendos aos sócios quotistas.

No geral, nosso índice de liquidez mantém média de 1,35 vezes o passivo de curto prazo em ambos os cenários projetados.

Cenário Realista

BALANÇO B&T CORRETORA (R\$ mil)	2018	2019	2020	2021	2022
ATIVO	73.114	79.260	90.077	104.939	121.009
Ativo Circulante	71.710	77.780	88.519	103.297	119.279
Disponibilidades	17.861	19.947	21.885	24.581	28.045
Disponibilidades em moedas estrangeiras	25.114	27.382	31.328	36.838	42.580
Outros Créditos	28.735	30.451	35.306	41.877	48.655
Carteira de Câmbio	26.110	27.695	32.412	38.838	45.464
Rendas a receber	738	775	814	855	897
Diversos	1.941	2.039	2.140	2.247	2.360
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(55)	(57)	(60)	(63)	(66)
Ativo Não Circulante	1.404	1.479	1.559	1.642	1.730
Investimentos	100	105	110	116	122
Imobilizado de Uso e Intangível	1.304	1.374	1.448	1.526	1.608
Imobilizado de Uso	628	628	628	628	628
Novos Ativos	62	132	206	284	366
Diferido	614	614	614	614	614
PASSIVO	73.114	79.260	90.077	104.939	121.009
Passivo Circulante	54.013	57.485	66.325	78.487	91.088
Outras Obrigações	54.013	57.485	66.325	78.487	91.088
Relações Interdependências	6.528	7.117	8.143	9.575	11.067
Carteira de Câmbio	33.118	35.128	41.112	49.262	57.667
Sociais e Estatutárias	435	457	480	504	529
Fiscais e Previdenciárias	1.059	1.472	1.760	2.147	2.547
Fornecedores	12.874	13.311	14.831	16.999	19.278
Comissao	6.057	5.705	6.375	7.324	8.316
Garantia	6.216	6.975	7.794	8.980	10.232
Outros	601	631	662	695	730
Patrimônio Líquido	19.102	21.775	23.752	26.451	29.921
Capital	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000
Lucro/Prejuízo Acumulados	10.102	12.775	14.752	17.451	20.921
LIQUIDEZ	19.102	21.775	23.752	26.451	29.921
MULTIPLICADOR DE LIQUIDEZ	1,35	1,38	1,36	1,34	1,33

Cenário Pessimista

BALANÇO B&T CORRETORA (R\$ mil)	2018	2019	2020	2021	2022
ATIVO	60.194	63.607	72.024	83.468	95.691
Ativo Circulante	58.790	62.128	70.465	81.826	93.961
Disponibilidades	15.322	15.568	16.947	18.713	20.894
Disponibilidades em moedas estrangeiras	20.091	21.906	25.062	29.471	34.064
Outros Créditos	23.376	24.654	28.456	33.642	39.003
Carteira de Câmbio	20.888	22.156	25.929	31.070	36.371
Rendas a receber	591	496	417	350	294
Diversos	1.941	2.039	2.140	2.247	2.360
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(44)	(37)	(31)	(26)	(22)
Ativo Não Circulante	1.404	1.479	1.559	1.642	1.730
Investimentos	100	105	110	116	122
Imobilizado de Uso e Intangível	1.304	1.374	1.448	1.526	1.608
Imobilizado de Uso	628	628	628	628	628
Novos Ativos	62	132	206	284	366
Diferido	614	614	614	614	614
PASSIVO	60.194	63.607	72.024	83.468	95.691
Passivo Circulante	43.163	45.811	52.766	62.366	72.324
Outras Obrigações	43.163	45.811	52.766	62.366	72.324
Relações Interdependências	5.222	5.694	6.514	7.660	8.854
Carteira de Câmbio	26.494	28.103	32.889	39.410	46.133
Sociais e Estatutárias	435	457	480	504	529
Fiscais e Previdenciárias	593	835	984	1.195	1.418
Fornecedores	10.419	10.722	11.898	13.597	15.389
Comissao	4.846	4.512	5.000	5.718	6.473
Garantia	4.973	5.580	6.235	7.184	8.186
Outros	601	631	662	695	730
Patrimônio Líquido	17.031	17.797	19.258	21.102	23.367
Capital	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000
Lucro/Prejuízo Acumulados	8.031	8.796	10.258	12.102	14.367
LIQUIDEZ	17.031	17.796	19.258	21.102	23.367
MULTIPLICADOR DE LIQUIDEZ	1,39	1,39	1,36	1,34	1,32

7.4 Plano de Contingência de Liquidez

Na ocorrência de potencial crise de liquidez em moeda nacional ou moeda estrangeira, a primeira ação tomada pela área Financeira é a revisão do cronograma de distribuição de lucros acumulados, assim como dos compromissos da B&T em relação às receitas estimadas. Tal ação facilitará a readequação da instituição ao nível de equilíbrio entre receitas e despesas. Caso a crise de liquidez não seja solucionada por intermédio dessas medidas, o plano de contingência é acionado.

O Plano de Contingência será acionado quando identificada uma crise conjuntural de liquidez e consequente necessidade imediata de caixa para honrar compromissos potenciais e não rotineiros. O Plano é aprovado e revisado, no mínimo anualmente, pela Diretoria Executiva e resume-se à:

- Reter a distribuição de dividendos;
- Revisar as despesas de pessoal e administrativas;
- Descontinuar produtos ou negócios que se mostrem deficitários;
- Contratar um mútuo com pessoa física ou jurídica não financeira;
- Aumento imediato do capital por parte dos sócios na medida necessária para dar novamente liquidez à B&T.

A execução do Plano é razoavelmente improvável, haja vista a B&T (i) não conceder crédito, (ii) possuir custos fixos adequados ao porte e complexidade, (iii) assumir baixos riscos em relação ao risco de mercado, (iv) possuir processos para garantir que todas as operações fechadas exigem liquidação do contra valor antecipadamente ou no limite simultaneamente e por (v) estabelecer diretrizes para avaliação da exposição ao risco de liquidez no processo de desenvolvimento e aprovação de novos produtos e serviços.

Ao antecipar as potenciais necessidades de caixa durante uma crise de liquidez, com o auxílio do resultado dos testes de estresse, a B&T poderá tratar a crise de forma pragmática e eficiente, utilizando-se das ferramentas citadas anteriormente.

Por fim, informamos que o plano de contingência de liquidez não foi acionado no ano 2018.

8. GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL E LEGAL

Define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A forma de atuação da B&T é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos. A B&T adota estrutura de gerenciamento de riscos que tem por objetivo **identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar** os riscos e esta estrutura é compatível com o seu porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional contém orientações às áreas da B&T que visam garantir a efetividade do modelo de gerenciamento do risco operacional.

A B&T também dispõe de outras políticas que compõem a relação de políticas associadas ao gerenciamento do risco operacional, tais como as Políticas Específicas de:

- a. Código de Ética e Conduta;
- b. Controles Internos e Conformidade;

- c. Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção;
- d. Combate à Corrupção e à Fraudes;
- e. Relacionamento com Clientes;
- f. Segurança da Informação.

8.1 Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco Operacional

A B&T realiza a gestão do risco operacional segregando as funções de gestão de riscos e de negócios e adotando boas práticas em gestão de riscos, respeitadas as normas dos órgãos reguladores.

A **identificação** do risco operacional na B&T é realizada pelos gestores de processos, com subsídio da área de Controles Internos e Risco Operacional que registra na matriz de riscos.

Para a **classificação** dos riscos identificados, adotamos como evento de risco operacional aqueles decorrentes de falhas ou deficiências nos processos internos, nas pessoas e nos sistemas ou aqueles decorrentes da exposição a eventos externos, na forma estabelecida em regulamentação específica, o que possibilita a padronização na classificação e o entendimento dos riscos a que a B&T está exposta.

A gestão estratégica ocorre na diretoria, que tem por finalidade estabelecer as diretrizes, bem como definir os limites máximos de exposição a riscos. Os assuntos relacionados ao risco operacional são deliberados na Diretoria.

O limite máximo de perdas operacionais é fundamentado nos valores da parcela RWAOpad e leva em consideração a estratégia de redução das perdas operacionais e os valores estabelecidos no orçamento da Corretora.

As perdas operacionais, que geraram ou não impacto financeiro, são reportadas periodicamente à Diretoria e aos Gestores. São detalhados, ainda, as causas e as ações de mitigação.

8.2 Avaliação do Risco Operacional

A avaliação consiste em quantificar a exposição da B&T aos riscos operacionais, com o objetivo de avaliar seu impacto nos negócios e analisar a probabilidade de ocorrência e severidade dos riscos potenciais identificados, com o intuito de mitigar as perdas nos fatores de riscos identificados. A Metodologia de Avaliação de Riscos Operacionais adotada pela B&T considera o impacto e vulnerabilidade para avaliação dos riscos potenciais, visando aprimorar o Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos da B&T, mantendo o alinhamento aos normativos regulamentares e às melhores práticas adotadas no mercado.

8.3 Mensuração da Parcela de Risco

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) na B&T é a Abordagem do Indicador Básico, em cumprimento ao disposto na Circular nº 3.640 do Banco Central do Brasil.

Nesta abordagem, o Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE) corresponde, para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira. A parcela de risco RWAopad considera quase que a totalidade da receita bruta da instituição para cálculo da parcela de risco, permitindo poucas deduções de despesas diretamente relacionadas ao negócio.

O método do indicador básico determina que a instituição possua capital para o risco operacional equivalente a uma porcentagem de 15% (denominada alfa) sobre o valor da média anual do resultado bruto positivo dos três anos precedentes. Esta metodologia parte do princípio de que, quanto maior o resultado bruto de uma transação, maior será o seu risco operacional e, portanto, propõem a utilização de um fator que corresponde a 15% do resultado bruto médio dos últimos três anos como o valor a ser alocado para cobertura de risco operacional.

A mensuração da parcela RWAOpad é de responsabilidade da área responsável por riscos financeiros, utilizando-se de sistema tecnológico que possui funcionalidades específicas para este cálculo.

A seguir segue o resumo do cálculo para os últimos 4 trimestres:

dez/18		
Tipo	Conta Cosif	Valores
Receitas de Intermediação Financeira	7.1.3.10.90-1	R\$ 1.716.624,95
Receitas de Intermediação Financeira	7.1.3.30.00-8	R\$ 35.581.670,00
Receitas de Intermediação Financeira	7.1.4.10.10-0	R\$ 522.870,47
Receitas de Intermediação Financeira	7.1.5.10.00-0	R\$ 46.927,58
Receita de Prestação de Serviços	7.1.7.50.00-4	R\$ 2.876.021,86
Despesas de Intermediação Financeira	8.1.4.20.90-8	R\$ 922.719,74
Despesas de Intermediação Financeira	8.1.4.50.00-2	R\$ 600.780,23
Despesas de Intermediação Financeira	8.1.9.99.00-6	R\$ 18.189.252,13

	mar/18	jun/18	set/18	dez/18
RWAOPAD(MÉDIA DOS 6 SEMESTRES *15%) - Em R\$ Mil	9.933	9.933	10.005	10.005
PRTotal B&T	16.783	17.222	14.347	15.339
Comprometimento de Capital	59%	58%	70%	65%

Historicamente a parcela de risco operacional é a que mais demanda capital para a B&T Corretora. Em contrapartida, esta alocação representa um valor muito superior às perdas financeiras efetivamente materializadas.

8.4 Monitoramento e Mitigação do Risco Operacional

O processo de **monitoramento** será realizado pela área de Risco Operacional, que utiliza ferramenta específica que possibilita o acompanhamento tempestivo dos riscos identificados, das ações adotadas pelas áreas gestoras de processos que visem a redução e/ou mitigação dos riscos operacionais. No processo de monitoramento também é gerenciada a base de perdas operacionais, que contém informações de perdas materializadas e reportadas pelas áreas de negócios.

As ações corretivas são registradas em ferramenta corporativa que possibilita o acompanhamento, avaliação e reporte das medidas implementadas.

8.5 Controle do Risco Operacional

A B&T acompanha os limites e as perdas operacionais materializadas, de forma a garantir que os valores permaneçam dentro dos níveis máximos admitidos.

9. GERENCIAMENTO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL

Define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de danos socioambientais.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, a Política de Responsabilidade Socioambiental da B&T permeia atividades relacionadas ao gerenciamento do risco socioambiental.

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental da B&T contempla Diretorias e Áreas com atribuições e responsabilidades definidas, contando com a participação do Comitê Socioambiental, vinculado à Presidência, com a atribuição de implementar, monitorar e avaliar os projetos socioambientais desenvolvidos para cumprimento da PRSA.

9.1 Exposição ao Risco Socioambiental

O grau de exposição ao risco socioambiental nas atividades, relações de negócios e produtos e serviços oferecidos pela B&T é baixo, considerando que a totalidade desta exposição está relacionada às práticas e atividades das partes com as quais a B&T mantém relacionamento de negócio. A B&T compreende sua necessidade de crescer de forma sustentável e de atuar com responsabilidade socioambiental, visando a preservação do meio ambiente, o respeito aos direitos humanos, o bem-estar de seus colaboradores e da comunidade em que atua.

9.2 Metodologia

O gerenciamento do risco socioambiental é realizado através do monitoramento da exposição ao risco operacional/legal, risco de conformidade, risco reputacional e de conduta, o qual também visa mitigar o risco socioambiental associado à realização de negócios com clientes, prestadores de serviço, parceiros e fornecedores expostos a altos riscos ambientais e sociais.

Além disso, as relações com colaboradores são pautadas na ética, no respeito mútuo, não sendo admitida a prática de atos discriminatórios e de assédio, de qualquer natureza, no ambiente de trabalho e em todas as relações com o público interno e externo, conforme padrões estabelecidos no Código de Ética e Conduta Corporativo. Assim como é promovido o respeito à diversidade e à dignidade do ser humano, preservando a individualidade e a privacidade.

O gerenciamento do risco socioambiental da B&T considera sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição.

A Área de Risco Operacional é responsável por identificar, classificar e avaliar o risco socioambiental, com subsídio dos gestores de processos e para monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, são realizados os seguintes procedimentos:

- Monitoramento de Operações e Relações com Partes Interessadas
- Atividades sustentáveis;
- Análise de produtos e serviços;
- Registro de perdas;
- Mudanças normativas.

A B&T conta também com processos que contribuem para a implementação de ações de responsabilidade socioambiental.

9.3 Mensuração

No exercício não foram reportadas perdas decorrentes de riscos socioambientais.

10. GERENCIAMENTO DO RISCO REPUTACIONAL E CONDUTA

O risco de reputação e de conduta é inerente ao modelo de negócio da B&T e engloba fatores como a conformidade legal e regulamentar, conduta dos colaboradores, de parceiros e outras partes envolvidas, práticas de recursos humanos e a segurança da informação, dentre outros. A Corretora busca minimizar ao máximo qualquer percepção negativa que poderia afetar seus negócios, clientes ou outras partes interessadas, pois compreende que a reputação é importante para a manutenção da credibilidade necessária para alcançar seus objetivos estratégicos.

A B&T atua com integridade e de acordo com rigorosos padrões éticos. A proteção das informações confidenciais sobre os sistemas da Corretora é primordial. Quanto ao relacionamento com clientes de produtos e serviços são observados princípios de ética, responsabilidade, transparência e diligência, de modo a propiciar a convergência de interesses e a consolidação de imagem institucional de credibilidade, segurança e competência.

O gerenciamento da exposição da B&T ao risco de reputação e de conduta é suportado por processos como Conheça Seu Colaborador, Conheça Seu Correspondente, Conheça Seu Parceiro e Conheça Seu Cliente, no qual é possível identificar, analisar e mitigar potenciais problemas relacionados à reputação da instituição.

No exercício não foram reportadas perdas decorrentes de riscos reputacionais ou de conduta.

11. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA

Os diretores executivos declaram que:

- I. Reviram, discutiram e concordam com a estrutura de gerenciamento de risco e de capital apresentada e concordam com as mesmas propostas de estrutura para exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2019;

II. Este relatório será mantido à disposição do BACEN, pelo prazo de 5 anos.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2019.

Vivian Portella
Diretora Executiva

Edisio Pereira
Diretor Executivo